

Análise dos conflitos socioambientais do Parque Estadual da Lagoa do Açu/RJ

Analysis of the socio-environmental conflicts of the Açu Lagoon State Park

Kelly Pinheiro dos Santos^{*}
Luiz de Pinedo Quinto Junior^{**}
Vicente de Paulo Santos de Oliveira^{***}

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo identificar os principais conflitos socioambientais no Parque Estadual da Lagoa do Açu, tendo como base a análise de diferentes atores sociais envolvidos na implantação do parque. Para tanto foram realizadas entrevistas com pesquisadores, equipe técnica do parque, presidente da associação de pescadores, ambientalista, proprietário de terras e artesã produtora de esteira. Como conclusão, entende-se que existe certa resistência da comunidade sobre a implantação do parque, fazendo com que alguns conflitos já estejam instalados. Estes conflitos, segundo os entrevistados, são principalmente: o problema da pesca irregular, o extrativismo vegetal, as desapropriações e a caça ilegal.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Parque estadual da Lagoa do Açu. Unidade de Conservação.

Abstract

This study aims to identify the main socio-environmental conflicts in the Açu Lagoon State Park, based on the analysis of different social actors involved in the implementation of the park. Therefore, we conducted interviews with researchers, technical park staff, president of the fishermen's association, environmental activists, land owner and mat producer artisan. In conclusion, it is understood that there is some community resistance on the implementation of the park, causing some conflicts to be already installed. According to respondents, these conflicts are mainly: the problem of illegal fishing, plant extraction, foreclosures and poaching.

Keywords: Socio-environmental conflicts. Açu Lagoon State Park. Conservation Unit.

1 Introdução

O Brasil, país com altíssima biodiversidade, enfrenta graves problemas ambientais e conta com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual protege áreas que ainda mantêm preservadas fauna e flora características da região onde estão localizadas. Contudo, os gestores das Unidades de Conservação (UC) vêm enfrentando inúmeros conflitos, sendo o

^{*} Especialista em Educação Ambiental pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM). Mestra em Engenharia Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense). Professora da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Fraternidade e Luz. Cachoeiro de Itapemirim/ES - Brasil. E-mail: kellypinheiros@yahoo.com.br.

^{**} Doutor e Professor do Mestrado em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFFluminense). E-mail: luizpinedo@uol.com.br.

^{***} Doutor em Engenharia Agrícola (UFV). Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFFluminense) *campus* UPEA - Campos dos Goytacazes/RJ - Brasil. E-mail: vsantos@ifed.br.

principal o manejo da área protegida e da população que se encontra próxima a essas unidades. Isso acontece, pois, na maioria das vezes, sua implantação é efetuada de maneira impositiva e diferente da realidade local (CONTI; ANTUNES, 2012).

Desta forma, origina-se uma série de conflitos socioambientais, tanto no espaço geográfico, quanto no entorno das Unidades de Conservação. Assim, os embates surgem com as disputas pelos acessos aos bens e serviços ambientais (ACSERALD, 2004).

Souza e Figueiredo (2012) relatam que entender como esses elementos estão interligados e identificar a sua existência nas diferentes categorias das unidades de conservação pode auxiliar gestores e atores sociais ligados à temática a mediar os conflitos. Com base nos principais problemas, ou nos mais recorrentes, é possível também refletir e criar medidas mitigadoras para diminuir esses conflitos.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivos fazer um levantamento preliminar dos principais conflitos dos diferentes Parques Estaduais do Estado do Rio de Janeiro e identificar os principais conflitos socioambientais no Parque Estadual da Lagoa do Açu, tendo como base a análise de diferentes atores envolvidos no parque.

1.1 Parque Estadual da Lagoa do Açu

O Parque Estadual da Lagoa do Açu (PELAG), criado pelo decreto nº 43.522 de 20 de março de 2012, possui uma área de 8.251,45 hectares, abrangendo parte dos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, região do litoral norte do estado do Rio de Janeiro.

O PELAG se encontra próximo a uma área de crescimento urbano, pois na região foi instalado o Complexo Portuário do Açu (CLIPA). Desta forma, podemos apontar que a criação do Parque está intimamente ligada a uma política compensatória ambiental dos impactos do CLIPA (SILVA; RANGEL 2014). Além do Parque também foi criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da lagoa de Iquipari.

É classificado como uma unidade de conservação de proteção integral, assegurando a preservação de remanescentes de vegetação nativa de mata atlântica como restinga, mangue e uma importante área alagada, o banhado de Boa Vista, além da Lagoa do Açu, com 13 km de extensão no litoral; a integração de seus ecossistemas com a diversidade sociocultural da região; as espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, da fauna e da flora. Além dessas áreas, inclui parte da Lagoa Salgada que abriga as únicas ocorrências de estromatólitos carbonáticos que podem ser definidos como estruturas biossedimentares litificadas, que crescem através do acréscimo de lâminas de sedimentos aprisionados pela precipitação de carbonato como resultado da atividade de organismos microbianos.

1.2 Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação

Os conflitos estão presentes na história da humanidade e são objetos de estudos desde as escolas de pensamento na Grécia Antiga. Nas sociedades primitivas, os conflitos eram resolvidos

pela força ou pela separação, o que levava à divisão e à formação de novas pequenas sociedades. Já na sociedade moderna, a força na resolução de conflitos já não era tão importante, pois houve a determinação de leis e a determinação da igualdade de todos perante a lei.

De acordo com Nascimento (2001), o conflito é o meio pelo qual os atores sociais dirimem suas divergências, interesses antagônicos ou pontos de vista conflitantes, possibilitando que a sociedade alcance certa unidade. Desta forma, sendo não apenas um fator de confronto e separação, mas também de coesão social.

Alguns autores, como Acserald (2004), buscam desconstruir o paradigma de que o conflito “não seja algo bom à sociedade”. Segundo o autor, os conflitos ambientais são derivados da disputa por acesso a recursos naturais interconectados por interações ecossistêmicas. Podendo ter natureza econômica, política, social, ambiental, cultural, geográfica, dentre outras.

Com a busca incansável pelo desenvolvimento, com a intensificação da pressão econômica e com a escassez dos recursos naturais, conflitos latentes podem ser transformados em longas disputas, de alto custo e sem resultados satisfatórios (BRODY et al., 2004). Desta forma, há um aumento nas disputas entre grupos em função de suas relações distintas com o meio natural, o que seria o conflito socioambiental.

A identificação e a análise de conflitos podem ser realizadas por meio de entrevistas, questionários e observação de campo (SHIRAISHI; DRUMMOND, 2010). Logo, resultados alcançados com essa metodologia contribuem para o manejo e gestão quanto ao acesso e uso de recursos naturais e planejamento pelo órgão competente.

A implantação de grandes empreendimentos industriais como o CLIPA, encaminha a região a um acelerado processo de urbanização, o que acarreta uma demanda maior por áreas residenciais, o crescimento de zonas rurais periféricas e a necessidade de melhor organização de espaço (FORTES et al., 2007). Desta forma, aceleram-se a devastação da vegetação, a exploração do lençol freático, a impermeabilização dos solos, a poluição do ar e da água, a pobreza, a violência e a marginalidade.

As Unidades de Conservação próximas aos centros com desenvolvimento urbano são, portanto, essenciais para a manutenção dos recursos naturais e da biodiversidade. Em contrapartida, de acordo com Costa e Braga (2004), os gestores dessas áreas, muitas das vezes enfrentam um intenso conflito entre interesses particulares, alguns de famílias de baixa renda negligenciados pelo poder público quanto ao direito de moradia, e o interesse público que inclui a conservação dos recursos naturais.

Apesar da significativa importância de UC próximas as cidades, elas são tipicamente ameaçadas pelo crescimento urbano, uma vez que os impactos podem ser diretos e indiretos. No Parque Estadual da Serra da Tiririca os conflitos territoriais estão associados, basicamente, com os problemas de propriedade da terra no entorno e dentro da área do parque (VALLEJO, 2005). No Parque Estadual da Costa do Sol, no Rio de Janeiro, existem pontos conflituosos que não são passíveis de diálogo entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a população (CORRÊA; FONTENELLE, 2013).

Esses são alguns exemplos dos diversos conflitos em UC relacionados com a proximidade aos centros urbanos. Outro motivo de conflito, que pode comprometer a viabilidade das UC,

é o territorial. Moradores da localidade são desapropriados, devido à ocupação ilegal de áreas de proteção ambiental. No caso dos moradores do entorno da PELAG, eles se consideram duplamente sacrificados, visto que alguns foram expulsos pelas desapropriações violentas da CODIN para formação do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), outros serão desapropriados pela ocupação ilegal de áreas de proteção ambiental e um terceiro grupo terá seu acesso e uso das suas propriedades em áreas do parque limitadas às regras estabelecidas em lei.

Os espaços territoriais especialmente protegidos, os quais são áreas geográficas públicas ou privadas dotadas de atributos ambientais, podem ser uma das formas de coibir esse avanço populacional desenfreado (PEREIRA; SCÁRDUA, 2008). A mudança no uso do solo ao longo do tempo também é preocupante, podendo ser vista como outro motivo de conflito ambiental. Na região da PELAG, pode haver um conflito entre os gestores locais e os pescadores, uma vez que eles agora devem ser cadastrados no INEA para exercer a pesca artesanal, tendo direitos e obrigações.

Autores como Silva et al. (2009) relatam que as comunidades do entorno das UC, se não participam do processo de criação e gestão desta, podem desenvolver um posicionamento contrário à implantação. No que diz respeito aos gestores das UC, o conflito da população com estes, muitas vezes ocorre devido ao choque entre as regras impostas pela UC e as condições locais (SUCKALL, 2009). Sendo assim, pode haver disputas de interesse principalmente por aqueles que não utilizam ou valorizam a área protegida.

No Brasil é notória uma política ambiental que se distancia das demais políticas sociais, econômicas e culturais. A questão urbana também é tratada de forma dispersa, por ser responsabilidade de diversos órgãos do poder público, o que leva à implantação setorializada de políticas, com pouco diálogo interinstitucional, com objetivos e lógicas contraditórias (COSTA; BRAGA, 2004).

O Parque Estadual da Lagoa do Açú encontra-se em uma área com forte potencial de desenvolvimento. Podendo apresentar conflitos socioambientais relacionados ao uso, ocupação e crescimento urbano, que carecem de informações e estudos.

Sendo assim, com o objetivo de dar subsídios a uma proposta de plano de manejo, buscou-se por meio do presente trabalho identificar com os diversos atores envolvidos na implantação do parque quais seriam esses conflitos existentes. Tais informações podem auxiliar o órgão gestor na adoção de estratégias de manejo e conservação. Como o objetivo principal de uma UC é a proteção da biodiversidade e dos processos ecológicos, tanto os conflitos quanto os impactos ambientais existentes no seu interior e/ou entorno devem ser compreendidos e, na medida do possível, resolvidos ou manejados.

2 Material e método

Para desenvolver o presente trabalho, relativamente à escolha do método foi empregada a abordagem quali-quantitativa, sendo aplicada a técnica de entrevistas com questionários semiestruturados, seguindo a metodologia adotada por Diniz et al. (2011).

Segundo os autores:

A utilização de técnica de entrevistas com questionários semiestruturados é uma prática usual entre as ciências humanas. Para a obtenção de dados objetivos, a análise indutiva de dados estatísticos é um método clássico e consagrado nas ciências humanas, que consiste em fazer inferências de dados quantitativos como os obtidos em entrevistas com questionários fechados e/ou análise de dados secundários obtidos de recenseamento. Essa técnica tem se mostrado bastante eficiente na obtenção de informações quantitativas de cunho mais geral. (DINIZ et al., 2011).

Além disso, foram feitas pesquisas bibliográfica, documental e observações diretas da realidade com registros sistemáticos em cadernetas de campo e produção de imagens fotográficas digitais. Foram realizados levantamentos de dados secundários sobre o Parque Estadual da Lagoa do Açu e reconhecimento de campo, sendo que algumas destas foram realizadas com a presença dos guarda-parques da unidade de conservação, sendo possível desta forma conhecer o PELAG, assim como a rotina de trabalho e monitoramento. Após a identificação prévia, foram elaborados roteiros de entrevistas semiestruturados, com perguntas abertas direcionadas aos informantes-chave. As entrevistas ocorreram durante os meses de fevereiro, maio, junho e julho, procurou-se entrevistar atores-chave do PELAG, como o presidente da colônia de pescadores, dois componentes da equipe científica, o chefe do Parque Estadual da Lagoa do Açu, dois guarda-parques, um pescador e uma vendedora de esteiras, para enfim tabular os possíveis conflitos ocorrentes na região. Na equipe científica foram entrevistados um historiador ambiental e um biólogo, identificados sucessivamente como pesquisador A e pesquisador B.

Elaborou-se, ainda, uma tabela identificando os conflitos existentes nos Parques Estaduais do estado do Rio de Janeiro, mostrando o ano de criação, os conflitos, a elaboração ou não do plano de manejo, a situação fundiária, e a questão da consolidação destes parques.

| 95 |

3 Resultados e discussão

As Unidades de Conservações sejam em áreas urbanas ou rurais também apresentam intensos conflitos do uso e ocupação da região do entorno. A Tabela 1 apresenta os Parques Estaduais do Rio de Janeiro, o ano de criação, os conflitos, a elaboração ou não do plano de manejo, a situação fundiária, e a questão da consolidação desses parques.

Para parques consolidados foram considerados aqueles que não apresentam problemas, quanto ao plano de manejo, situação fundiária regularizada e não possuem conflitos socioambientais. Para os “a consolidar” foi levado em conta àqueles que possuem plano de manejo, porém têm a situação fundiária ainda sem resolver. E os “não consolidados” são aqueles que não possuem plano de manejo, sua situação fundiária não se encontra resolvida, além de apresentarem conflitos socioambientais.

Tabela 1: Parques Estaduais de Proteção Integral e conflitos com a região do entorno

Parque Estadual	Ano de criação do Parque	Conflitos ao entorno do parque	Plano de manejo	Situação fundiária	Consolidados	A consolidar	Não Consolidados
Parque Estadual Cunhambebe	2008	Extração do palmito; caça ilegal e extração de areia.	Não possui	Não regularizada	Não	Não	Sim
Parque Estadual da Ilha Grande	1971	Situação fundiária não regulamentada; ocupação irregular ao entorno.	Possui	Não regularizada	Não	Não	Sim
Parque Estadual Chacrinha	1969	Invasão e ocupação por mendigos, áreas ocupadas de forma ilegal.	Possui	Regularizada sob o ponto de vista legal	Não	Sim	Não
Parque Estadual da Pedra Branca	1974	Situação fundiária não regulamentada; ilegalidade de ocupação dentro da unidade.	Possui	Não regularizada	Não	Não	Sim
Parque Estadual da Pedra Selada	2012	Situação fundiária não regulamentada.	Não possui	Não regularizada	Não	Não	Sim
Parque Estadual da Serra da Concórdia	2002	Caça predatória, incêndios florestais.	Possui	Regularizada	Não	Sim	Não
Parque Estadual da Serra da Tiririca	1991	Situação fundiária não regulamentada e atividade de mineração.	Não possui	Não resolvida	Não	Não	Sim
Parque Estadual de Desengano	1970	Situação fundiária não regulamentada.	Possui	Não resolvida	Não	Não	Sim
Parque Estadual Costa do Sol	2011	Ocupação irregular e especulação imobiliária	Não possui	Não resolvida	Não	Não	Sim
Parque Estadual do Mendanha	2013	Extrativismo ilegal de recursos naturais; exploração mineral clandestina; caça ilegal.	Não possui	Não resolvida	Não	Não	Sim
Parque Estadual do Grajaú	1978	Áreas ocupadas de maneira ilegal.	Possui	Sob o ponto de vista legal regularizada	Não	Sim	Não
Parque Estadual dos Três Picos	2002	Situação fundiária não regulamentada, exploração dos recursos hídricos por empresas.	Possui	Não resolvido	Não	Não	Sim
Parque Estadual da Lagoa do Açú	2012	Extrativismo ilegal vegetal; Situação fundiária não regulamentada, pesca irregular.	Não possui	Não resolvida	Não	Não	Sim

Fonte: autoria própria (2014) com dados do INEA (2014); Corrêa & Fontenelle (2012); Gama & Xavier (2005); Ortiz (2013); Simom (2003).

Pode-se perceber que os conflitos socioambientais existem mesmo em parques que já foram implantados há mais de 40 anos.

3.1 Análises dos conflitos

Nesta seção será analisada a importância da implantação do parque, bem como os conflitos socioambientais apontados por diferentes atores.

3.1.1 Entrevista feita à equipe científica

Segundo o pesquisador A, a implantação da PELAG é de grande importância, uma vez que protege os ecossistemas raros e os remanescentes históricos, como a Lagoa Salgada, a qual abriga a única ocorrência de estromatólitos, porém afirma que a implantação de Unidade de Conservação sempre foi motivo de amplos conflitos, isso porque envolve diferentes atores sociais. Já para o pesquisador B, a implantação se faz importante, pois a região possui uma das restingas mais extensas do Brasil, além disso é importante por ser uma área de aves migratórias (estimadamente em torno de 20 a 25 mil) originadas do Alasca e do Canadá. Ressalta ainda que a região possui algumas espécies, como a preguiça-de-coleira, tamanduá-mirim e o cachorro-do-mato, que só podem ser encontrados no ES, RJ e BA.

De acordo com o Pesquisador B:

“Com a implantação do parque a tendência é aumentar a diversidade da fauna existente e recuperar a restinga, a qual se encontra fortemente impactada”.
(Pesquisador B, Depoimento em junho 2014)

No que diz respeito aos conflitos que poderão ser enfrentados pela gestão do parque, o pesquisador A afirma que o local onde o mesmo está sendo inserido já é uma área de conflitos tanto ambientais quanto sociais ao longo da história.

“Antes os conflitos aconteceram entre o DNOS, com os pescadores, mais tarde com o CLIPA e os agricultores e agora entre os pescadores e a PELAG”.
(Pesquisador A, Depoimento em julho 2014)

Semelhante ao pesquisador A, o pesquisador B afirma que os conflitos maiores poderão ser apresentados entre os pescadores e o parque, uma vez que muitos pescam para sobrevivência. Quando questionados sobre como os conflitos devem ser mediados, ambos descrevem que esses conflitos são difíceis de serem mediados, visto que envolvem visões e interesses diferentes.

3.1.2 Entrevista com a equipe técnica da PELAG: guarda-parques e Chefe do parque

Com o intuito de saber a visão da equipe técnica do PELAG foram feitos alguns questionamentos, para assim dimensionarmos algumas questões. A equipe é composta de seis guarda-parques (2 biólogos, 3 graduandos de biologia e 1 graduando de arquitetura), sendo a maioria deles de outras localidades. Eles atuam na prevenção e combate aos incêndios florestais e queimadas, na orientação e garantia de segurança aos visitantes, na promoção e apoio das

atividades socioambientais, de sensibilização e educação ambiental, no apoio à atividade de pesquisa científica e na fiscalização das atividades realizadas no parque.

O primeiro questionamento feito à equipe técnica foi como está sendo a aceitação da população com a implantação do parque. De acordo com um dos guarda-parques entrevistados, grande parte da população não aceita o parque e não são receptíveis. Segundo Heron, ainda existe uma resistência por alguns moradores ao diálogo, tornando assim difícil o acesso às comunidades. Ao serem questionados sobre quais seriam os principais conflitos enfrentados pela gestão do parque, com os moradores, os guarda-parques citam principalmente a caça ilegal, a extração vegetal e a pesca irregular. Eles informam que em uma das fiscalizações foram encontradas armadilhas primitivas para caça, armadilhas de caranguejo, gaiolas, tarrafas, “tomarroques” e alçapão (Figura 1). Relatam ainda que já foram presas 250 redes e tarrafas, sendo a maioria no período de defeso. Todas essas práticas atestam relações muito estreitas entre a biodiversidade encontrada no Parque e as demandas da população local, especialmente a do entorno.



Figura 1: Armadilhas encontradas pelos guarda-parques nas incursões

Fonte: Aatoria própria (2014)

Além disso, também foram encontrados carcaças de animais mortos, como tatus (Figura 2).



Figura 2: Carcaças de animais mortos encontrados nas fiscalizações

Fonte: Aatoria própria (2014)

Já para o diretor do parque, os principais conflitos são a pesca irregular, a caça e a extração de areia.

No que diz respeito à pesca irregular, os guarda-parques relatam que foi feito um registro aberto a todos; porém, com prioridade para endereços locais, que lhe permitem pescar. Eles declaram que no futuro haverá uma triagem tornando a emissão de carteirinhas mais restritas aos moradores locais. Quanto à extração vegetal, há a retirada da *Typha domingensis* (taboa) e da *Schinus terebinthifolius* (aroeira). Heron relata que ainda não está sendo desenvolvida nenhuma atividade com esses moradores, porém há projetos para trazer cursos artesanais com o fim de incluir essas pessoas em outras atividades. Ele opina ainda que é dever do gestor proporcionar meios para inserir essas pessoas em uma nova atividade.

O chefe da PELAG ainda ressalta que os conflitos existentes entre o parque e as pessoas que fazem a extração vegetal, principalmente *Typha domingensis*, ocorre porque faltou uma organização da parte delas no momento em que estava sendo preparado o decreto de criação do parque. Em entrevista concedida a Rangel e Ribeiro (2014), ele relata que as pessoas que fazem a extração da taboa poderiam ter solicitado uma autorização para continuar a retirada, assim como fizeram os pescadores.

Quando arguidos sobre se haverá desapropriações, o diretor afirma que deverão acontecer nas comunidades próximas da Lagoa Salgada, por estarem próximas às regiões ricas geologicamente (Figura 3), porém essas desapropriações dependem do plano de manejo que está em andamento. Ressalta ainda que alguns proprietários já solicitaram a regularização fundiária.



Figura 3: Lagoa Salgada região rica geologicamente em estromatólitos

Fonte: Autoria própria (2014)

Para o guarda-parque:

“Essas desapropriações não são tão simples, pois além do financeiro também há a valorização moral do imóvel”. (Guarda-parque, Depoimento em maio 2014)

Segundo o diretor do PELAG, existe um projeto de remarcação da área do parque devido a uma sobreposição da área de dois assentamentos em Marrecas, o de Ilha Grande e o Che Guevara (Figura 4), o que evitaria a desapropriação nesta área. O assentamento é composto por aproximadamente 132 famílias, em sua maioria agricultores, sendo alguns deles associados da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Marreca e Babosa (COOPAMAB).



Figura 4: Mapa da possível remarcação da área do parque

Fonte: Heron Costa (2014)

3.1.3 Entrevista ao presidente da colônia de pescadores Z19, e à artesã

A colônia de pescadores é composta de 850 pescadores associados, havendo uma estimativa de que haja 2.500 pessoas ligadas à pesca.

O presidente da colônia reconhece que é importante preservar, entende que aumenta a fauna; porém defende que, antes de se criar uma área de preservação ambiental, deve-se fazer um diagnóstico social da região. De acordo com o mesmo, não há como dissociar o homem da natureza, pois o mesmo faz parte dela.

Quando questionado sobre os possíveis conflitos gerados pela implantação do parque, o entrevistado relata que o principal conflito é o decorrente da proibição da pesca e de seus equipamentos. Em sua opinião, algumas espécies em determinadas épocas do ano só podem ser capturadas com um tipo de equipamento, o que torna necessário seu uso.

Outro questionamento feito foi sobre sua opinião com relação à emissão de carteirinhas para os pescadores. O presidente da colônia relata que o cadastro e a emissão da carteirinha deveriam ser somente para moradores locais e não para toda a região.

Ressalta que:

"A emissão da carteirinha é a eliminação de uma cultura, visto que foi através da pesca que muitos pescadores criaram seus filhos. Ninguém pode tirar o direito de eles optarem por serem pescadores também". (Presidente da colônia, Depoimento em janeiro 2014).

Para uma das artesãs entrevistadas, preservar o meio ambiente é de extrema importância; porém não quer que essa preservação prejudique os moradores locais, o que gera conflitos. De acordo com a entrevistada, o principal conflito é a proibição da extração da taboa, pois afirma que não existem motivos para proibição, já que a retirada da taboa não causa impacto nenhum ao meio ambiente, visto que seu corte não é feito na raiz. Ao ser interrogada sobre quanto tempo possui essa atividade, a artesã diz que:

"Produzo esteira desde criança, pois não tem idade para se fabricar esteira. Isso é passado de pai para filho. Ultrapassa gerações." (Artesã, Depoimento em maio 2014)

Acentua ainda que embora a preservação seja importante, precisa-se incluir a população, nesse processo.

3.1.4 Entrevista ao Ambientalista

Conforme relata o ambientalista, os conflitos socioambientais sempre estarão presentes em Unidades de Conservação, porque as visões dos atores envolvidos são diferentes. Logo, é preciso que a comunidade tenha participação nos conselhos e, assim, nas tomadas de decisões. De acordo com o entrevistado:

"A comunidade deve participar e integrar-se à questão ambiental. Preservar deve ser bom para todos e não só para o ambientalista." (Ambientalista Depoimento em julho 2014)

As implantações das Unidades de Conservação são feitas na maioria das vezes de forma impositiva, considerando apenas a questão ambiental, deixando à margem as questões econômicas e sociais da região. No caso do PELAG, o ambientalista afirma que os principais conflitos serão aqueles que envolvem a comunidade local, que utilizam as áreas dos parques para sustento, como pescadores.

Quando questionado sobre o possível conflito existente entre as pessoas que fazem a extração da taboa para produção da esteira, o mesmo afirma que a retirada da taboa, se feita de maneira controlada, pode até ser positiva para o parque, visto que limpa os canais reduzindo assim os gastos com sua manutenção. Inserir a população na gestão do parque é sempre a melhor forma de minimizar os conflitos. De acordo com o ambientalista, no Parque do Desengano, os mateiros passaram a ser guias turísticos, sendo, desta forma, incluídos no processo de gestão do parque. Outro relato foi sobre duas comunidades quilombolas, que, ao serem incluídas no parque, passaram a auxiliar na fiscalização.

Ressalta ainda que os conflitos referentes à questão fundiária também podem existir, são comuns e existentes até mesmo em UC antigas e que possuem o plano de manejo, como o caso do

Parque Estadual do Desengano (PED), onde há sobreposição de áreas, e a questão fundiária ainda não está resolvida.

3.1.5 Entrevista ao proprietário de terras na região do PELAG

Durante a pesquisa procurou-se entrevistar ao menos um proprietário de terra, a fim de coletar informações referentes às possíveis desapropriações.

O proprietário possui terras na região há mais de 40 anos, para criação de gado, pecuária, e agricultura. Durante pesquisa de campo foi possível observar várias propriedades agropecuárias (Figura 5) no entorno do parque.



Figura 5: Criação agropecuária nos limites do parque

Fonte: Vicente de Paulo (2014)

Em entrevista, o proprietário relata que considera a implantação do parque como sendo péssima, uma vez que não foi convidado a participar da criação ou implantação do parque. Além disso, a criação do parque gerou diversas restrições, o que acarretou conflitos, como a proibição da pesca, a extração da taboa e as possíveis desapropriações. Para o proprietário o conflito ocorre, pois não há uma marcação concreta da área do parque.

Ao ser questionado se ele conhece algum produtor rural que está tendo problemas em relação às terras que estão na área do parque, o entrevistado relata que sim e que para minimizar o problema está tentando retirar no INEA sua área de produção e criação de gado que fica próxima às margens da Lagoa do Salgado. Salienta ainda que já foi afetado com as desapropriações decorrentes da implantação do CLIPA e agora deverá ser desapropriado devido à implantação do parque.

Houve questionamento sobre se alguma outra pessoa foi indenizada. Segundo o entrevistado:

“Ninguém foi indenizado, mas se essas indenizações forem parecidas com a do Porto do Açú, os valores que foram desapropriados mal dão para comprar um terreno no Açú, por exemplo.” (Entrevistado, Depoimento em junho 2014)

Quando questionado sobre o que achava das desapropriações no PELAG, o proprietário ressaltou ser contra a todas as desapropriações que avançam além do necessário, acrescenta ainda

que as margens das lagoas e rios seriam suficientes para a implantação do parque, o que evitaria conflitos para desapropriações.

4 Conclusão

A proteção do meio ambiente torna-se importante, uma vez que desacelera os impactos e as atividades antrópicas. Entretanto, a implantação de UC acaba por gerar conflitos, principalmente se esta unidade for de proteção integral, por restringir o uso do ecossistema, proibindo algumas atividades.

O Plano de Manejo torna-se imprescindível, uma vez que é o documento elaborado a partir de diversos estudos, físicos, biológicos e sociais, o qual irá estabelecer as normas e as restrições para o uso e as ações a serem desenvolvidas na UC, a fim de garantir o impacto negativo sobre a Unidade.

De acordo com a pesquisa elaborada, pode-se concluir que existe certa resistência da comunidade, relacionada à implantação do parque, fazendo com que se instalem alguns conflitos, os quais, segundo os entrevistados, são principalmente: o problema da pesca irregular, o extrativismo vegetal, as desapropriações, e a caça ilegal. Medidas como uma inclusão maior da população no processo de gestão, e uma sensibilização maior por parte dos gestores explicando a importância do parque minimizariam os problemas.

Sendo assim, procurou-se com este trabalho gerar informações que poderão contribuir para o diagnóstico do PELAG que irá constituir o Plano de Manejo do Parque.

Referências

- ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- BRODY, S.D. et al. Conflict on the coast using geographic information systems top map potential environmental disputes in Matagorda Bay, Texas. *Environmental management*, v. 34, n. (1):p. 11-25, 2004.
- CONTI, B.R. Conflitos na gestão do Parque nacional da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de Trindade (Paraty, RJ). *Revista- interações*, Campo Grande, v.13, n.2, p. 213-223, 2012.
- CORRÊA, W.B.; FONTENELLE, T.H.O. Parque Estadual Costa do Sol: Contextualização e Críticas ao Processo de Instituição. *Revista GEONORTE*, Manaus, Edição Especial, v.3, n.4, p. 1150-1160, 2012.
- COSTA, H. S. de M.; BRAGA, T. M. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Heinrich Böll, 2004.
- COSTA, H.; MANSUR, S. *Xexé – Parque Estadual da Lagoa do Açú*. Disponível: <<http://www.praiafaroldesaohome.com.br/2014/06/xexe-parque-estadual-da-lagoa-do-acu.html>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

DINIZ, M. T. M.; VASCONCELOS, F. P.; MAIA-VASCONCELOS, S. M.; ROCHA, G. C. Utilização de entrevistas semi-estruturadas na gestão integrada de zonas costeiras: o Discurso do Sujeito Coletivo como técnica auxiliar. *Scientia Plena*, v. 7, n. 1, 2011.

FIGUEIREDO, C. T.; SOUZA, A. V. M. Conflitos socioambientais em áreas protegidas: o Parque Nacional da Serra de Itabaiana, em Sergipe. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 10, n.14, Especial, jan./jun. 2012.

FORTES, P. T. F. O. et al. Regularização fundiária em imóveis da União no Distrito Federal –parte 1: demarcação de imóveis. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., 2007. Florianópolis. São Paulo: INPE, 2007, *Anais...* p. 5233-5240.

G1 Região dos Lagos. Luta pela preservação do Parque Estadual Costa do Sol. *G1 Região dos Lagos*. Disponível: <<http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2012/09/luta-pela-preservacao-do-parque-estadual-costa-do-sol.html>>. Acesso em: 19 set. 2012.

GAMA, S.V.G.; DUTRA, F.F.; XAVIER, T.F. Os vetores de pressão em Unidade de Conservação Urbana: A problemática ambiental da APA e do Parque do Mendanha - zona oeste do Rio de Janeiro (RMRJ). In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 10., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2005.

ICMBIO. Unidades de conservação. Disponível: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/conselhos.html>>. Acesso em: 13 out. 2015.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

NASCIMENTO, E.P. Os Conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade*. Rio de Janeiro. Garamond Universitaria, 2001.

ORTIZ, FABÍOLA. *Ambientalistas se reúnem em ato contra morte do biólogo espanhol*. Eco. 2013. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/noticias/27487-ambientalistas-se-reunem-em-ato-contra-a-morte-de-biologo-espanhol>>. Acesso: 20 nov. 2014.

SHIRAIISH, J. C.; DRUMMOND, J. A. A Análise de Conflitos Ambientais como Subsídio à Gestão de Unidades de Conservação: Estudo de Caso da Reserva Biológica da Contagem, DF, Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DAS ANPPAS., 5., 2010, Florianópolis, 2010. *Anais...* Florianópolis, 2010.

SILVA, I. R.; RANGEL, T. A. *Impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais provocados pela implantação do CLIPA e PELAG na comunidade Alto do Cardeiro, município de São João da Barra/RJ*. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto Federal Fluminense, RJ, 2014.

SILVA, T. S. da; CANDIDO, G. A.; FREIRE, E. M. X. Conceitos, percepções Estratégias para conservação de uma Estação Ecológica da caatinga nordestina por populações do seu entorno. *Sociedade e natureza*, v. 21, n. 2, p. 23-37, 2009.

SIMOM, Alba. Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da

Tiririca. In: ENCONTRO ANUAL ANPPAS, 2., 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/alba_simon.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SUCKALL, N. et al. Visitor perceptions of rural landscapes: a case study in the Peak District National Park, England. *Journal of Environmental Management*, v. 90, p. 1195-1203, 2009.

VALLEJO, R. L. Conflitos territoriais em parques estaduais no Rio de Janeiro: Uma avaliação à luz das políticas de governo. *Revista Geo-Paisagem*, n. 7, 2005.

Entrevistas

AMBIENTALISTA. Depoimento em julho 2014. Entrevistadora: Kelly Pinheiro dos Santos.

BIÓLOGO. Depoimento em 2014. Entrevistadora: Kelly Pinheiro dos Santos.

COSTA, Heron. Depoimento em junho 2014). Entrevistadora: Kelly Pinheiro dos Santos.

GUARDA-Parque. Depoimento. Entrevistadora: Kelly Pinheiro dos Santos.

HISTORIADOR Ambiental. Depoimento em julho 2014). Entrevistadora: Kelly Pinheiro dos Santos.

PRESIDENTE da Colônia de Pescadores. Depoimento em janeiro 2014). Entrevistadora: Kelly Pinheiro dos Santos.